

MEMÓRIA DE MANUAIS DE HISTORIA

Raymundo B.Campos*

A história do livro didático no Brasil, como em tantos outros países, está por se fazer. Com relação aos manuais de história, o que existe é uma massa crítica incipiente, produzida algumas vezes por sociólogos e psicólogos, mas a pesquisa histórica propriamente dita tem sido rara. Talvez um dos primeiros passos neste último caminho seja reunir a memória recente dos usuários e autores desse tipo de livro. E isto o que se pretende fazer nesta matéria, numa escala minimalista. Trata-se de um pequeno depoimento sobre alguns manuais muito utilizados no Brasil na década de 60, tendo presente a produção e a utilização de livros didáticos de história nos dias de hoje.

Das fontes e do objeto

É claro que uma das fontes privilegiadas desse tipo de memória são alguns dos profissionais da área de estudos históricos, pessoas que foram iniciadas na disciplina e chegaram a uma idade politicamente adulta por volta de 1964. Tais pessoas podem reconstruir, parcialmente, um dos elementos importantes no estudo de qualquer livro, ou seja, a relação dos leitores com a obra, que, no nosso caso,

*Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professor de 1º e 2º graus do Colégio Equipe de São Paulo.

são alguns dos manuais de história geral daquela época, utilizados em escolas de 2ª grau de bom nível e para alguns exames vestibulares.

Os manuais em questão, aparecidos no Brasil ainda nos anos 50, eram estrangeiros: o primeiro deles era a *História da civilização ocidental*, do norte-americano Edward Mc Nall Burns; os outros eram de cinco autores soviéticos, A. V. Michulin, E. A. Kosminsky, N. Efimov e a dupla Jvostov-Zubok, respectivos autores de volumes sobre Antigüidade, Idade Média, Tempos Modernos e Idade Contemporânea.

É claro que lembranças e reflexões que possamos alinhar sobre os livros citados, e outros mais recentes, vão estar permeadas por juízos de valor que possuem a ideologia como chão. Além disso, partimos também de algumas concepções sobre o livro didático em geral, que talvez seja bom ter presente.

Poucas mercadorias, na nossa injusta sociedade de consumo, têm sido submetidas a apreciações críticas tão freqüentes como o livro didático. Tais críticas, elaboradas principalmente nos meios acadêmicos e na imprensa escrita, em alguns casos, têm contribuído para a melhoria da produção e do consumo deste tipo de livro, praticamente o único a que maior parte da população brasileira tem acesso.

Entre os críticos podemos encontrar posições diversificadas. Alguns, por exemplo, vêem os manuais apenas como mais uma mercadoria da indústria cultural, negam a sua eficácia numa ação educativa mais aperfeiçoada, e pretendem um tipo de trabalho didático baseado numa pesquisa contínua em fontes primárias e a textos que seriam preparados pelos professores. Esta visão, por várias razões, entre

as quais avulta o seu caráter utópico, tem sido criticada e rejeitada, principalmente por educadores que trabalham nas salas de aula.

A crença mais difundida, entre os críticos e os que trabalham diretamente com alunos do 1º e 2º graus, é a de que o chamado livro educativo tem grande importância no trabalho nas salas de aula, mas a sua utilização tem pelo menos dois graves problemas: a necessidade de melhoria na qualidade do produto e o fato de que, freqüentemente, ele se torna quase que o único instrumento do trabalho didático.

A crença na importância do manual iniciatório é antiga, mas se acentuou na sociedade de massas do século XX com o aumento das necessidades de conhecimentos específicos e iniciatórios para a vida em geral.

Logo depois da Revolução de 1917, um grande crítico da cultura como Leão Trotsky tratou da importância dos manuais na vida moderna, numa de suas obras menos conhecida intitulada *Questões da vida cotidiana*, livro que era uma tentativa de pensar as mudanças culturais que estavam ocorrendo na sociedade soviética, visando à superação daquilo que o autor chamava de "barbárie russa", para a construção da modernidade no novo país.

Trotsky tratou da utilização do cinema, do rádio e da imprensa escrita como instrumentos de vulgarização da cultura e da educação, mas dedicou também muitas páginas à necessidade de obras didáticas escritas como instrumentos para superar o atraso russo. Segundo ele, à semelhança dos países capitalistas avançados, era necessário produzir manuais sobre assuntos os mais diversos, e, pensando como editor, ele mostrava como deveria ser organizada

a produção desses livros, destinados não apenas à educação escolar, mas também a uma auto-educação, principalmente de adultos.

Os manuais deveriam sintetizar e simplificar parcelas do conhecimento, além de abrir caminhos para estudos mais profundos. Transformados em produtos de primeira necessidade, em razão da complexidade crescente da vida moderna, era necessário produzi-los com melhor qualidade e menores custos. Esta produção deveria estar voltada para a educação e ter um sentido ideológico bastante amplo, o que significava distanciá-la de interesses partidários imediatos e identificá-la com a construção de uma humanidade nova.

*

A produção em massa e o caráter iniciatório do manual obrigavam os autores, mais do que nunca, a selecionar e simplificar os conhecimentos e, no caso do livro escolar, a ter como outras referências os programas de ensino e a relação professor-aluno na sala de aula. Dessa forma, o manual didático já aparecia muito distanciado do livro de literatura infanto-juvenil, onde predominavam os fatores estéticos e lúdicos, além de o leitor ser visto principalmente em termos individuais e não tanto como parte de um grupo que contaria com a orientação de um professor.

O manual escolar, na segunda metade do século XX, guarda algumas dessas características. Ele se propõe a função pragmática de iniciação numa disciplina científica e possui um conteúdo ideológico, que tende a ser amplo, no sentido de pensar criticamente a sociedade a partir de valores considerados universais.

Na produção dos manuais, os aspectos didáticos tendem a ser predominantes. Os autores têm como público-alvo os grupos-classe,

cujos indivíduos são variáveis em termos de rendimento na aprendizagem, e procuram criar um universo de linguagens-texto, imagens, atividades e exercícios, acessíveis à média dos participantes das classes e capazes de estimular a interação professor-alunos.

Mas indo além desse universo didático, o manual tem estreitas relações com outras demandas sociais, além de uma rede de compromissos ideológicos nem sempre muito explicitados, que aparecem mais claramente nos livros de história.

Os livros em questão

A elaboração dos livros didáticos de história, no Brasil e em outros países, tem apresentado progressos em vários aspectos, um dos quais é a capacidade de os autores e professores lidarem de forma mais consciente com os elementos ideológicos presentes em cada obra.

É claro que a ideologia está presente em qualquer tipo de texto, mas nos estudos de história ela tem um terreno de eleição, manifestando-se de variadas formas.

A ideologia pode aparecer sob a forma de manipulações brutais do conhecimento histórico, mas, muitas vezes, aparece com formas mais sutis. Em tempos recentes, ela se mostra de forma mais clara na vida social, constantemente decantada pelos avanços da sociedade democrática e pelo trabalho dos intelectuais. Nos dias de hoje, um dos objetos mais pesquisado por parte dos historiadores tem sido a ideologia, inclusive nas

suas formas mais astuciosas, e isto tem reflexos no ensino de história e na produção do livro educativo.

As manipulações ideológicas mais brutais do conhecimento histórico ocorreram principalmente na primeira metade do século XX, sob a forma de casos limites e patológicos. Foram realizadas pelo poder de Estado, por segmentos da sociedade e por partidos políticos, em países os mais diversos, tendo sido estudadas em alguns trabalhos acadêmicos como, por exemplo, os do historiador Marc Ferro.

No período entre as duas guerras mundiais, essas utilizações ideológicas da história se apresentaram de forma mais clara nas salas de aula, nos textos educativos e nos meios de comunicação dos estados totalitários, como a Alemanha nazista, a Itália fascista ou a Rússia de Stalin, sendo, com frequência, travestidas como parte da ciência da época. Hoje, com um certo distanciamento, dado não apenas pelo tempo, mas pelos avanços da democracia, da pesquisa e da reflexão, tais manipulações são relativamente fáceis de serem identificadas na sua defesa do nacionalismo exacerbado, da raça, do imperialismo, dos interesses partidários, do culto a personalidades, além da proposta pedagógica quase explícita de uma aprendizagem automática dos discursos do poder.

Mas, não é necessário prolongar mais o estudo desses casos patológicos de manipulação do conhecimento histórico, já que nosso objetivo é o conhecimento do livro didático de história nos dias atuais.

O livro didático atual tem mais a ver com um tipo de manual surgido no pós-Segunda Guerra quando, mesmo com a Guerra Fria, nos dois campos em confronto, a ideologia aparece de forma mais velada, com valores universais como os presentes na Carta

da ONU, nas idéias da ciência e da democracia liberal, de um lado, e da revolução socialista mundial, de outro.

É claro que sob o apregoar desses valores universalistas e democráticos muitas vezes estavam ocultos valores autoritários. Vale a pena lembrar que no Brasil da democracia populista, e de muito tempo depois, os estudos de história no 1^a e 2^a graus — e portanto a elaboração dos livros didáticos dessa disciplina —, continuaram a ter como orientação o Decreto-Lei nº 8.460/45 que, na sua linguagem vaga, falando da harmonia social, do respeito à família, às crenças e às autoridades, fazia sobreviver o ranço autoritário e conservador do Estado Novo.

No entanto, tratando-se dos livros didáticos de história dessa época do pós-Segunda Guerra, um primeiro caso a ser lembrado é o da coleção de autores soviéticos, que não obstante a clandestinidade dos comunistas e a censura velada, foi traduzida no Brasil no final dos anos 50 pelo Editorial Vitória ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

Os quatro manuais foram muito utilizados por militantes políticos de esquerda e, principalmente, por estudantes do 2^a que pretendiam ingressar em faculdades de ciências humanas.

O que atraía nesses manuais não eram tanto as interpretações da história, alinhadas até certo ponto com as novas orientações do P C soviético depois do XX Congresso, uma vez que, no Brasil do início dos anos 60, a linha partidária do PC já estava sendo objeto de amplas contestações, especialmente nos meios intelectuais e estudantis.

Os manuais soviéticos, não obstante a sua ortodoxia política, eram muito procurados porque eram baratos, escritos numa linguagem

clara e, principalmente, por oferecerem uma grande quantidade de fatos acompanhados de interpretações simplificadas que eram necessárias para uma iniciação aos estudos históricos e aos exames vestibulares. Este último viés utilitário explicava parte da sua popularidade, até mesmo entre leitores não-afinados politicamente com as obras.

Muito usados na União Soviética, país que era o maior produtor de livros e, principalmente, de manuais da época, haviam sido elaborados por intelectuais acadêmicos, fato freqüente na história do livro didático em vários países, inclusive no Brasil. Alguns dos autores tinham renome internacional, como era o caso do medievalista Kosminsky. Mesmo assim, nos quatro volumes, a disciplina científica cedia espaço à ideologia sem que o leitor fosse minimamente avisado. Para os leitores mais avisados tornava-se claro que os fatos eram interpretados de forma "escolástica" e previsível nos seus desfechos, bem de acordo com a linha partidária que, não obstante os novos ventos do kruschevismo, ainda se ressentia de ressaibos estalinistas.

Algumas das interpretações dos fatos são conhecidas e bastante criticadas hoje, pois faziam da história um jogo de cartas marcadas: as etapas obrigatórias do processo histórico — o comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e finalmente o socialismo-comunismo; as mudanças materiais como as únicas parceiras da história; a onipresença da luta de classes; a tendência da classe trabalhadora no sentido da construção de uma sociedade igualitária; a perversidade inata das classes dominantes; a necessidade de um partido-guia da classe operária para movimentar as rodas do processo histórico e a inevitabilidade do triunfo do socialismo que já podia ser vista na história do Egito Antigo, onde, numa revolta, os trabalhadores não tomaram o poder por lhes faltar

um partido-guia. Estas idéias eram as chaves para dar respostas aos mais diversos problemas históricos, da pré-história aos nossos dias, e nisto residia a principal fraqueza das obras. Mas, principalmente para os jovens, isto só se tornaria claro algum tempo depois e, para muitos, tais interpretações constituíram uma iniciação importante para pensar os problemas das sociedades.

Além dessas poucas chaves que serviam para resolver os mais diversos problemas do conhecimento histórico, sucediam-se as citações, as vezes meio fora de propósito e como argumentos de autoridade, das lideranças do movimento socialista: Marx e Engels, Lenine e até mesmo de Stalin, já condenado como o deus que havia falhado.

Durante os anos 60, não obstante os problemas apontados, os manuais soviéticos continuaram a prestar vários bons serviços, até mesmo para os seus críticos, uma vez que o mercado editorial brasileiro era muito pobre em obras de referência. Um problema a ser pesquisado pelos historiadores é que a ditadura militar, mesmo depois de 1968, não proibiu a circulação desses livros.

Os livros do Editorial Vitória, no entanto, possuíam um concorrente, estabelecido no mercado brasileiro desde o início dos anos 50, que era a *História da Civilização Ocidental*, do conhecido Burns, um acadêmico norte-americano. Esta obra, depois publicada em dois grossos e bem cuidados volumes pela Editora Globo de Porto Alegre, custava bem mais caro que os quatro manuais soviéticos de edição extremamente simples e sem ilustrações. O livro de Burns foi também muito utilizado pelos vestibulandos de ciências humanas, principalmente pela sua riqueza de fatos, chegando a ser indicado no programa dos vestibulares da Universidade de São Paulo.

O professor Burns era um pensador típico do liberalismo progressista norte-americano, cheio de boas intenções, que acreditava na democracia liberal como uma espécie de consciência-limite da humanidade, estágio a ser atingido pelos diversos povos e capaz de resolver os mais graves problemas da humanidade.

Nele não se encontrava o messianismo filosófico partidário dos autores soviéticos, mas estava presente um certo ecletismo que comportava até posturas tidas como marxistas na interpretação de alguns problemas históricos. Naqueles anos de radicalização ideológica, a obra chegou a ser rotulada como esquerdista "à moda de Dewey", de um lado, e também como propagandista do "*american way*", por gente de esquerda. Mas o que nela predominava eram traços positivistas um tanto renovados, junto à tradicional crença na ciência e no progresso. Mas esta crença aparecia um tanto abalada quando o autor tratava dos horrores das guerras mundiais, da grande crise do capitalismo e dos conflitos sociais. Curioso que, para ele, como para os autores soviéticos, que haviam escrito antes da revolução cubana, a América Latina praticamente não existia.

A partir dos anos 50, e durante muitos anos, o Burns e os soviéticos surgiram como novidades no mercado brasileiro do livro didático, que vivia uma fase de estagnação. Essas obras possuíam um conteúdo bastante extenso, bases metodológicas mais visíveis, além de possibilitarem maior conhecimento da história econômica e social. No entanto, não foram adotadas pelas escolas de 2ª grau em geral, onde continuavam a predominar livros didáticos bem mais elementares assinados por nomes conhecidos: Hadock Lobo, Borges Hermida, Souto Maior e, o mais antigo de todos, Joaquim Silva. Neles predominava o velho pensamento positivista, que resultava no apego à enumeração dos fatos e em um distanciamento das interpretações.

Em alguns casos, os textos eram muito prejudicados por uma certa ingenuidade resultante do esforço de tornar didático o conhecimento histórico. Estes mesmos autores predominavam também nas bibliografias do antigo ginásio, tanto de História Geral como do Brasil.

Mas nos anos 60 o governo militar iria praticamente suprimir os estudos de história no 1º grau, substituindo-os no espaço curricular pelos Estudos Sociais, de inspiração norte-americana, por Organização Social e Política e Educação Moral e Cívica.

Ao que parece, os órgãos ligados à educação no governo militar, em seus vários níveis, não exerceram grande controle sobre a produção dos livros didáticos das três disciplinas que substituíam História e Geografia. Continuou a valer o espírito do Decreto-Lei nº 8.460/45, e autores e editores, mesmo aqueles que produziram manuais de boa qualidade, procuraram não ultrapassar os marcos que o regime impunha de forma difusa. A maioria dos livros das novas disciplinas, no entanto, era marcada pelo vazio da reflexão social e política que era imposto, ao lado de um ufanismo conservador e inócuo. Um certo progresso verificou-se no tocante às ilustrações dos livros, a partir da renovação do parque gráfico das editoras, mas, em muitos casos, essas ilustrações eram meros enfeites, muitas vezes com reduzidas relações com o texto — aquilo que Osman Lins chamou de "Disneylândia ilustrada".

Nos anos 70, o governo, como grande comprador de livros, ajudou decisivamente a expansão do mercado do livro didático e o crescimento e a renovação de novas e velhas editoras que trabalhavam no ramo. Também neste período começava a surgir, principalmente em nível de 2º grau, um novo grupo de autores, geralmente jovens professores

de escolas e cursinhos que, muitas vezes, haviam participado das lutas e da cultura política oposicionista pós-64.

Esses novos autores, muitas vezes publicados por novas editoras, elaboraram manuais de História Geral e do Brasil, em alguns casos tendo por base apostilas de cursinhos. Esses textos pouco tinham a ver com os citados e tradicionais autores brasileiros do livro didático. Em História Geral, boa parte dos novos autores fez severas críticas, mas utilizaram em alguns aspectos livros como o de Burns e os dos autores soviéticos, bem como um manual, transformado em *best seller* nos anos 60, que foi o *História da Riqueza do Homem*, do marxista norte-americano Leo Huberman. Este livro havia sido publicado pela primeira vez em 1936, num tempo de grandes ortodoxias, mas se apresentava razoavelmente isento das deformações ideológicas do período. Também de grande utilidade para os novos autores foi a coleção dirigida por Maurice Crouzet, uma reunião de autores acadêmicos franceses, eclética em termos ideológicos.

Em História do Brasil os novos autores realizaram um importante trabalho de vulgarização das obras clássicas de historiadores como Caio Prado Junior, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e Raymundo Faoro, bem como dos autores reunidos por Sérgio Buarque de Holanda na *História Geral da Civilização Brasileira*.

A maioria das novas obras didáticas representou um certo avanço no tratamento das relações entre o estudo da história e as ideologias. Procurando desvendar o papel dos elementos ideológicos nas relações sociais, um tema freqüente nas discussões políticas e acadêmicas, os novos autores não puderam deixar de estar atentos aos traços ideológicos presentes em seus próprios escritos que, pelo

menos, deixavam de ser apresentados como ciência pura. Tal tendência parece se aprofundar neste fim de século, e como um dos

traços mais importantes do atual livro didático merece passar de matéria de memória a objeto de pesquisa.